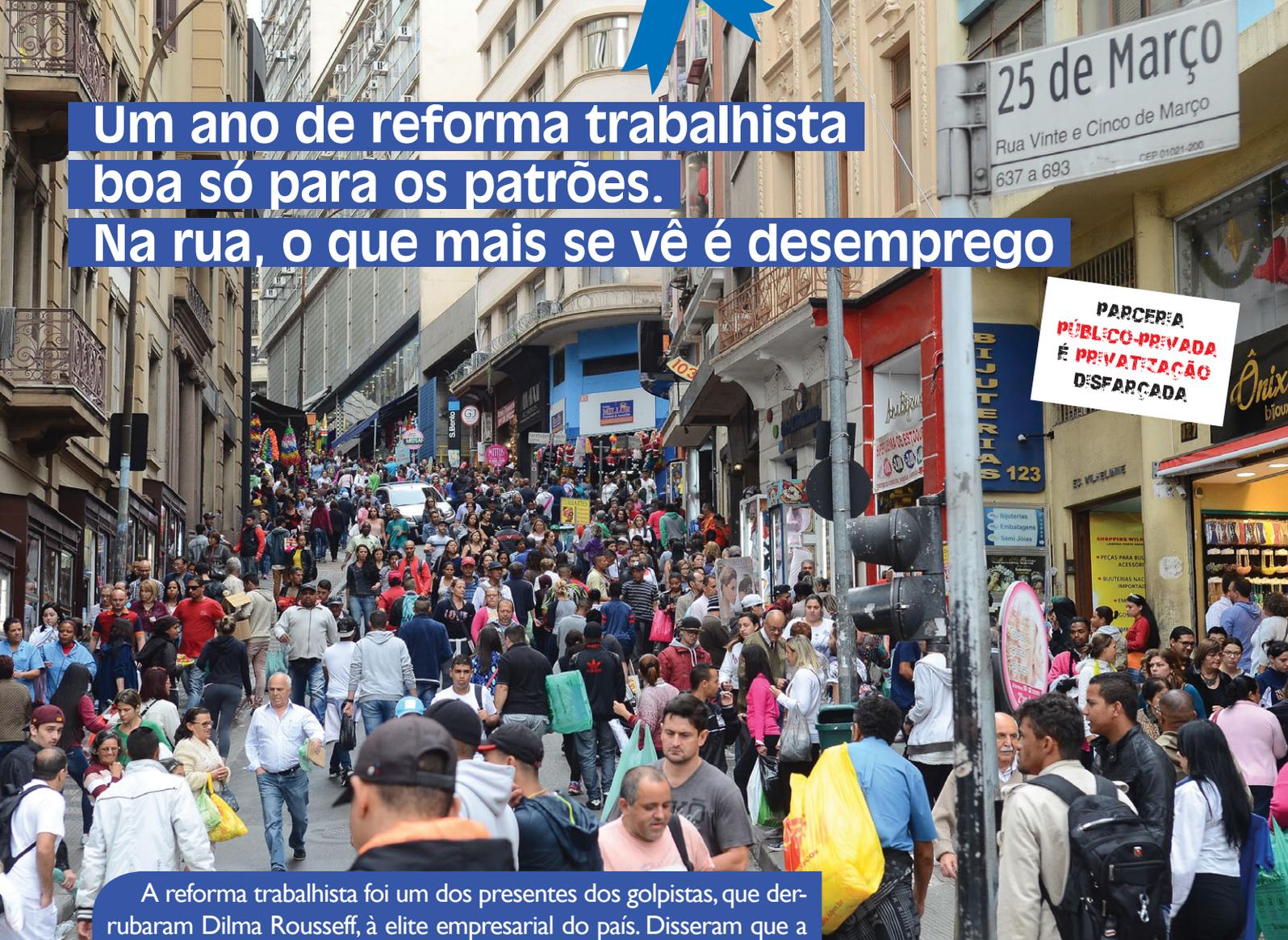




Gotodígitua

Informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia Ano XXXII – Nº 37 – 12 de novembro de 2018

ROVENA ROSA / AGÊNCIA BRASIL



Um ano de reforma trabalhista boa só para os patrões. Na rua, o que mais se vê é desemprego

A reforma trabalhista foi um dos presentes dos golpistas, que derubaram Dilma Rousseff, à elite empresarial do país. Disseram que a reforma iria modernizar as relações de trabalho, promover emprego e aumentar a renda do trabalhador. Não, isso não aconteceu. Ela cortou vários direitos da classe trabalhadora, atacou a rede de proteção dos trabalhadores, em especial os sindicatos, e deixa exposto na rua o resultado dela: desemprego em massa, muito trabalhador na informalidade e um drama social sem tamanho. **PÁGINA 2**

**BAHIA JÁ TEM 218
MUNICÍPIOS SOFRENDO GRAVES
EFEITOS DA ESTIAGEM
PÁGINA 4**

**CUT LANÇA NOTA DE REPÚDIO
CONTRA EXTINÇÃO DO
MINISTÉRIO DO TRABALHO
PÁGINA 2**

**OUTRO CRIME POLÍTICO:
SINDICALISTA É ASSASSINADO NO
INTERIOR DA BAHIA
PÁGINA 3**

**PRESSÃO TOTAL CONTRA
A MP 844: DIRIGENTES
AMANHECEM EM BRASÍLIA
PARA IMPEDIR VOTAÇÃO
PÁGINA 2**

Um ano de reforma trabalhista: o Brasil descambou para o desemprego e o trabalho informal

Vendida pelo governo como necessária para modernizar as relações de trabalho, promover o emprego e melhorar a renda da classe trabalhadora, a reforma trabalhista completou neste domingo, 11 de novembro, um ano de sancionada por Michel Temer. Passado esse tempo, a reforma mostrou a que veio: acabar com a rede de proteção do trabalhador, cortar direitos e dismantelar o movimento sindical.

Sempre cobrada pelos patrões (a elite empresarial), a reforma trabalhista foi uma das grandes promessas dos golpistas que afastaram Dilma Rousseff da presidência. Mas para a parte mais fraca, a do trabalhador; tudo que aconteceu foi para pior: o desemprego continua altíssimo (cerca de 13 milhões de desempregados no país), o trabalho informal joga cada vez mais gente nas ruas das cidades, cresceu o número de demissões por acordo, houve queda brusca nas ações trabalhistas, e o medo do desemprego causa transtornos generalizados.

A reforma trabalhista foi aprovada a toque de caixa no Congresso Nacional e alterou cerca de 100 artigos da Consoli-

dação das Leis do Trabalho (CLT), sempre rebaixando ou extinguindo direitos históricos da classe trabalhadora. Algumas das principais alterações serão aqui indicadas: a reforma acabou com a hora in itinere (tempo de deslocamento entre casa e trabalho), com a obrigatoriedade de homologar rescisão do contato de trabalho no Sindicato, reduziu pela metade o intervalo para descanso e alimentação (de 1 hora para 30 minutos) e permitiu a divisão das férias em três períodos (antes eram dois).

Também permitiu a negociação do banco de horas diretamente entre patrão e empregado (antes era somente através do Sindicato), criou o Termo de Quitação Anual (o empregado que assina não pode reclamar depois, na justiça, as parcelas da quitação), estipulou um texto máximo para indenização por dano moral na casa de 50 vezes o salário do ofendido, privilegiando quem ganha mais e criou a demissão por acordo individual (a quantidade tem crescido abruptamente no Brasil).

Além disso, para atacar o movimento sindical, acabou com a obrigatoriedade do

Imposto Sindical, com a ultratividade da norma (o acordo trabalhista só tem a vigência do tempo nele previsto) e dificultou o acesso do trabalhador à Justiça do Trabalho. Caso perca a ação, o trabalhador paga as custas processuais, os honorários da parte contrária e também os honorários do perito, se houver. Por conta disso, com receio de sofrer derrota, o número médio de novas ações, que passava de 250 mil por mês em 2017, recuou para menos de 150 mil.

Diretor do Dieese, o economista Clemente Ganz Lúcio afirma que a reforma trabalhista está construindo no Brasil “um submundo precário do trabalho com consequências sociais que ninguém sabe onde irá parar. E junto com ela estão propondo alterações profundas no sistema previdenciário, de tal modo que, se for adiante, criará um caos social sem precedentes”. E deixa um pedido de reflexão: “A sociedade precisará se perguntar se quer continuar criando bilionários e uma massa de trabalhadores pobres, aumentando o abismo social, ou se quer diminuir as desigualdades e tornar o convívio coletivo mais saudável e justo”.

Nota de repúdio da CUT contra o fim do Ministério do Trabalho

A CUT repudia e contesta a extinção do Ministério de Trabalho anunciada na tarde de quarta-feira (7) pelo presidente eleito Jair Bolsonaro. Se não for mais uma bravata, a medida representa mais um desrespeito à classe trabalhadora e um serviço aos patrões. Fechar um espaço institucional, em nível de governo, de discussão, balizamento e regulação das relações capital-trabalho significa fechar um canal de expressão dos trabalhadores.

Ao fazer esse anúncio em meio a uma coletiva de imprensa genérica e sem apresentar nenhuma informação sobre o destino que dará a toda estrutura técnica sob o guarda-chuva do ministério, Bolsonaro revela seu total desprezo aos trabalhadores, trabalhadoras e ao mundo do trabalho.

O MT, que em 26 de novembro completa 88 anos, é essencial à classe trabalhadora, ainda mais após a nefasta reforma trabalhista aprovada pelo governo ilegítimo de Michel Temer, que rasgou a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Em um País com quase 13 milhões de desempregados e 43% dos trabalhadores e trabalhadoras na informalidade, a única

razão para tal medida é a perseguição à classe trabalhadora e às instituições que a representam.

Com a extinção, os patrões ficarão livres para descumprir as leis, porque é o Ministério do Trabalho que fiscaliza, coíbe e pune abusos por parte dos empresários contra trabalhadores na cidade e no campo. Fiscaliza o trabalho escravo, hoje flagelo de 370 mil brasileiros e brasileiras. Resgata trabalhadores dessa “escravidão moderna” – foram 341 resgatados em 2017, queda brutal em relação a 2015 (1.010), porque Temer cortou investimentos.

O Ministério do Trabalho também fiscaliza o registro profissional, o cumprimento de direitos como férias, 13º salário, coíbe a jornada abusiva, faz a gestão do FGTS, do Sine (Sistema Nacional de Emprego), além de ser o responsável pelo salário desemprego.

O fechamento do MT abre o caminho para o próximo governo fechar também a Justiça do Trabalho.

Vagner Freitas
Presidente Nacional da CUT

Relembre os votos da bancada baiana

A reforma trabalhista foi aprovada na Câmara dos Deputados em 26 de abril de 2017, apesar do empenho da bancada de oposição. Dos 38 deputados federais baianos, 16 votaram contra, três faltaram e esses 19 votaram a favor: Cacá Leão (PP), Mário Negromonte Jr. (PP), Roberto Brito (PP), Ronaldo Carletto (PP), Claudio Cajado (DEM), Elmar Nascimento (DEM), José Carlos Aleluia (DEM), Paulo Azi (DEM), João Carlos Bacelar (PR), José Carlos Araújo (PR), José Rocha (PR), Márcio Marinho (PRB), Pastor Luciano (PRB), Jutahy Júnior (PSDB), Arthur Maia (PPS), Benito Gama (PTB), Lúcio Vieira Lima (PMDB), Paulo Magalhães (PSD) e Erirelton Santana (PEN).

Votaram contra: Afonso Florença (PT), Caetano (PT), Jorge Solla (PT), Nelson Pellegrino (PT), Robinson Almeida (PT), Valmir Assunção (PT), Waldenor Pereira (PT), Antônio Brito (PSD), José Nunes (PSD), Alice Portugal (PCdoB), Davidson Magalhães (PCdoB), Irmão Lázaro (PSC), Uldurico Júnior (PV), Bacelar (PTN), Beбето (PSB) e Félix Mendonça Jr. (PDT).

Pressão total contra MP 844: Sindae reforça resistência e coloca oito dirigentes em Brasília

Cada dia que passa deixa para trás um cansativo trabalho de convencimento dos parlamentares e de articulações com líderes partidários, tudo para impedir a votação da Medida Provisória 844, a MP da Sede e da Conta Alta, que abre o setor de saneamento para a iniciativa privada. Assim foi na semana passada e assim começa esta segunda-feira (12) em Brasília, com dirigentes sindicais pressionando pela não aprovação da medida enviada pelo presidente golpista Michel Temer.

O temor é grande de que o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), coloque a medida em votação nesta segunda (12). Por isso, oito diretores do Sindae estarão lá neste começo da semana, juntando-se a outros dirigentes sindicais de todo o país e integrantes da Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental. O risco é grande: Rodrigo Maia pode atropelar o ritual de votação para agradar tanto a Temer quanto ao

presidente eleito Jair Bolsonaro, também adepto das privatizações.

O trabalho de resistência é árduo mas até agora deu resultado. Na semana passada foi arrancado um compromisso do Colégio de Líderes para que a MP 844 só fosse analisada a partir desta segunda (12). Pouco antes, a medida teve uma aprovação relâmpago na Comissão Mista instalada para analisá-la. Como num passe de mágica, o deputado relator tirou do bolso e leu extenso relatório favorável à MP, mesmo sem que tivesse tempo para apreciá-la.

Deputados da oposição fazem de tudo para barrar a votação da proposta, mas é uma luta desigual. As dificuldades se refletem até na ocupação dos espaços do Congresso Nacional: lobistas de empresas privadas fazem campanha aberta pela aprovação da MP e circulam livremente, enquanto sindicalistas os observa à distância, barrados pela segurança.

Sindicalista assassinado. É o Brasil sob o império da violência política

Se já tinha embarcado no tenebroso túnel da violência, decorrente do tráfico de drogas e da desigualdade social, a partir da última campanha eleitoral o Brasil pisou fundo no acelerador rumo a um cenário de guerra urbana e rural associada ao ódio político, ao ódio de classe.

Todos os sinais de alerta foram ligados após um número interminável de ameaças, agressões, tiros e assassinatos. Já tivemos sindicatos invadidos e assistimos o crescente número de ameaças, agressões físicas,

prisões arbitrárias e até assassinatos, como o do artista e mestre de capoeira, Moa do Katendê. Na última quinta (8) também foi assassinado o sindicalista Aroldo Pereira de Souza, de 47 anos, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Central, município baiano da região de Irecê. Dias antes tinha liderado uma paralisação que cobrava salários atrasados e, no dia em que morreu, teria audiência judicial para tratar desse assunto. Para a polícia, o crime foi político. O crime causou revolta na população, que fez manifestações nas ruas.

Efeitos da reforma trabalhista: processos judiciais têm queda de 17%

Sob ferrenho ataque do governo golpista desde 2016, quando a reforma trabalhista foi aprovada, a classe trabalhadora continua vendo um horizonte repleto de obstáculos pela frente. Dados divulgados pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) indicam que, entre janeiro e setembro deste ano, o volume de ações que entraram nas Varas de Trabalho, em primeira instância, sofreu uma redução de 17% na comparação com o mesmo período de 2017.

Nesse período de janeiro e setembro deste ano, as Varas receberam cerca de 1,6 milhão de reclamações trabalhistas, contra pouco mais de 2 milhões no mesmo perí-

odo do ano passado. Segundo advogados e juizes do trabalho, a queda no volume de processos se deve, sobretudo, a nova lei que prevê que o trabalhador, em caso de derrota, pague os honorários de sucumbência do advogado da parte contrária, além de pagar pelo custeio da perícia.

Além dessa mudança, a reforma trabalhista também se incumbiu de acabar com vários direitos da classe trabalhadora, atacando, ainda, o movimento sindical. E está em curso um outro ataque, que é o fim da própria Justiça do Trabalho, sonho antigo da classe patronal. No meio disso, o futuro presidente Bolsonaro já anunciou que vai extinguir o Ministério do Trabalho.

Governadores lançam carta pedindo revisão da medida

Depois de indicarem vários pontos negativos da proposta, sobretudo por ampliar as desigualdades no atendimento da população mais pobre, 19 governadores lançaram uma carta pedindo ao governo e à Câmara dos Deputados a revisão da MP 844, tal como aprovada na Comissão Mista do Congresso Nacional, no último dia 31. Dizem que a medida não permite a universalização dos serviços, desestrutura o setor e piora as condições fiscais dos governos estaduais.

O documento dos governadores afirma que, ao invés de atender indistintamente municípios ricos e pobres, a MP 844 vai gerar participação privada apenas nos municípios de maior rentabilidade, ou onde as necessidades de investimento per capita são menores. Com isso, despreza a solidariedade social entre municípios ricos e pobres e cria um ambiente perverso, com municípios maiores avançando no saneamento e os menores ficando cada vez mais para trás, ampliando a desigualdade.

Dizem, ainda, que a medida levará à desestruturação das companhias estaduais e, em razão disso, os estados terão de assumir as dívidas delas, num ambiente de escassez de recursos orçamentários, o que limitará o atendimento das populações mais pobres.

A carta é assinada por todos os governadores do Nordeste, mais os do Pará, Roraima, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Goiás e São Paulo.



Felizes de uma maneira geral, estamos vivos brilhando como um cristal, somos luzes que faíscam no caos e vozes abrindo um grande canal.

O Rappa



Para agradar sucessor, Temer propõe fim de provas adaptadas para pessoas com deficiência

O presidente eleito Jair Bolsonaro fez carreira política dizendo-se contrário a todo tipo de cotas sociais e agora ganhou um adepto de “peso” em Brasília: trata-se de nada menos do que o presidente golpista Michel Temer, que em final de governo assinou um decreto (9.546/2018) dando fim às provas adaptadas para pessoas com deficiência em concursos públicos e processos seletivos do governo federal. Também define que critérios de aprovação serão os mesmos das pessoas que não possuem deficiência.

O zelo de Temer para agradar seu sucessor não afasta um conjunto de irregularidades contidas em tal decreto. Tanto é que a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), do Ministério Pú-

blico Federal (MPF), ficou de entrar com ação pedindo a declaração de inconstitucionalidade do decreto, alegando que fere o artigo 3º da Constituição Federal, que trata dos princípios da dignidade, do pluralismo, da igualdade e da não-discriminação. Mas não é só: o decreto também viola diretrizes da pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Convenção Internacional da Pessoa com Deficiência, que ganharam status de emenda constitucional.

Para integrantes da Procuradora, a Lei Brasileira de Inclusão é suficientemente clara ao estabelecer que são finalidades primordiais das políticas públicas de trabalho e emprego promover e garantir condições de acesso e de permanência da pessoa com deficiência no campo do trabalho.

Bahia já tem 218 municípios sofrendo graves efeitos da estiagem

Enquanto alguns municípios do Oeste e do Sudoeste se “desmanchavam” com chuvas torrenciais na semana passada, outros se mantinham com a população sofrendo os graves efeitos da seca. Localizado na Chapada Diamantina, que tem lutado contra focos de incêndio nas últimas semanas, o município de Barra da Estiva teve um decreto de emergência reconhecido pelo governo federal. Não muito distante dali, mas pelo mesmo motivo, a situação de emergência foi reconhecida para o município de Condeúba pelo governo baiano por excesso de chuva. Ruas e casas foram destruídas, lavouras também.

Segundo dados da Prefeitura, Barra da Estiva tem 15 mil pessoas afetadas pela falta de chuva, ou 72% da população de 20 mil habitantes, conforme estimativa do IBGE deste ano. Para matar a sede da população, sobretudo na zona rural, a Prefeitura tem utilizado carros pipa. Não há previsão de chuva para os próximos dias.

Em toda a Bahia, 218 municípios estão com decretos de emergência por estiagem em vigor (215 com reconhecimento federal), com 4,6 milhões [31,3%] de habitantes prejudicados, conforme dados da Defesa Civil Estadual [Sudec]. Temos hoje sofrendo com a estiagem mais municípios do que no ano passado, no mesmo período, num claro sinal de que, caso o regime de chuva não mude, o sofrimento será bem maior do que em 2017. Na região Norte, inclusive, a situação só não está pior porque as barragens (Sobradinho entre elas) acumulam um pouco mais de água do que no ano passado.

Com o reconhecimento da situação de emergência, a prefeitura pode solicitar apoio da Defesa Civil Nacional para ações de socorro e assistência à população, como a Operação Carro-pipa do Exército, além de restabelecimento de serviços essenciais e recuperação de áreas atingidas.

TOMENota

COMPANHEIRO MORRE VÍTIMA DE FACADAS

Após seis dias internado no Hospital Geral do Estado, faleceu na madrugada da última sexta (9) o ex-companheiro Antônio Eder Mendes dos Santos, que era assistente administrativo da Embasa. Ele foi esfaqueado no domingo anterior perto da Estação da Lapa, ao retornar de uma festa na casa de amigos. Ele entrou na Embasa no concurso de 2004 e trabalhou em várias unidades, como Cabula, Bolandeira e o EL de Ituberá, onde chegou a assumir a gerência. Mais recentemente foi transferido para Santo Amaro. Militante da causa LGBT, Antônio Mendes chegou a fazer parte do Comitê de Equidade. Tranquilo, era muito querido pelos (as) companheiros (as).

NOVO BRASIL

A cada dia surgem fatos que revelam como está ficando o novo Brasil, um estado cada vez menor, que está privatizando e entregando várias de suas estatais, e também um estado sem investir nos serviços essenciais. Bem pertinho de nós temos um exemplo: o fechamento da maior agência dos Correios, na Pituba, e a suspensão de cirurgias por uma semana no Hospital das Clínicas, vinculado à Ufba, por falta de ar condicionado. Ambos patrimônio do governo federal. No hospital, o atendimento é sobretudo da população pobre.

DANÇA DE MINISTÉRIOS

No começo da campanha eleitoral Jair Bolsonaro tinha prometido, se eleito, governar com apenas 15 dos 29 ministérios existentes em Brasília. Veio o segundo turno e a conta passou para 16, depois foi a 17 e até a semana passada já era dada a conta de 18. O último deles seria o da Controladoria Geral da União, que ficaria com status ministerial. E para quem tinha alguma dúvida, o Ministério do Trabalho será extinto. Só falta definir qual o ministério que irá incorporar suas atribuições.

IMPOSTO DE RENDA

A Receita Federal abriu consulta sobre o sexto e penúltimo lote de restituição do Imposto de Renda 2018 na última sexta (9). E já na próxima sexta (16) libera o pagamento na rede bancária, junto com restituições residuais de 2008 a 2017. Na Bahia, serão creditadas mais de 49 mil restituições, num total de R\$ 87,3 milhões. A Receita não informou quando pagará o último lote.

DÉCIMO DO APOSENTADO

A partir do próximo dia 26 o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) começa a liberar a parcela do 13º salário para aposentados e pensionistas. Tem direito quem recebeu benefício previdenciário de aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-acidente, auxílio-reclusão ou salário-maternidade. Já o depósito do abono natalino será realizado até 7 de dezembro. A primeira parcela, correspondente a 50% do benefício, foi paga em agosto para os aposentados e pensionistas.

Gotad'água

EXPEDIENTE

Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia (Sindae), filiado à FNU/CUT;
Responsabilidade: Diretoria Executiva;
Editor: José Sinval Soares;
Comp. e Impressão: Gráfica do Sindae;
Tiragem: 7.000 exemplares;
Endereço: Rua General Labatut, nº 65, Barris. Salvador – Bahia
CEP: 40070-100; Tel.: (71) 3111-1700
Email: sindae@sindae-ba.org.br



siga-nos: [f /sindaeba](https://www.facebook.com/sindaeba) [i /sindaeba](https://www.instagram.com/sindaeba) [t @sindaebahia](https://twitter.com/sindaebahia) [y /user/sindaeba](https://www.youtube.com/user/sindaeba)